



**Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS**

**ACÓRDÃO Nº 81/2016 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

**1- Processo TCE nº 10208/2013.**

**2- Assunto:** Prestação de Contas Anual.

**3- Órgão:** Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Uarini - SAAE.

**4- Exercício:** 2012.

**5- Responsável:** Sr. Antônio Adelino Lisboa, Diretor da SAAE, à época.

**6- Unidade Técnica:** DICAMI – Relatório de Conclusivo nº. 05/2013 (79/90) e DICAMI/CI - Informação nº859/2014 (109/116).

**7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 2109/2014-MPC-EFC, da Dra. Evelyn Freire de Carvalho, Procuradora de Contas (fls. 140/144).

**8- Relator:** Auditor Alípio Reis Firmo Filho

**EMENTA:** Prestação de Contas. Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Uarini - SAAE. Exercício de 2012.

*Contas Irregulares. Aplicação de Multas. Fixação de Prazo. Remessa à DICREX. Determinações ao SAAE/Uarini.*

**9- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão Plenária, no exercício da competência atribuída pelo art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c o art. 18, inciso II, da Lei Complementar nº 06/91, arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, no sentido de:

**9.1- Julgar Irregular a Prestação de Contas** Anuais do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Uarini – SAAE, exercício de 2012, sob a responsabilidade do senhor Antonio Adelino Lisboa, Diretor, nos termos do inciso II do art. 1º e do inciso III do art. 22, da Lei nº 2.423/96.

**9.2- Aplicar multa** ao senhor Antonio Adelino Lisboa, Diretor do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Uarini, exercício de 2012:

**9.2.1-** no valor de R\$ 5.480,15 (cinco mil, quatrocentos e oitenta reais e quinze centavos), sendo 1.096,03 por mês (maio, agosto, setembro, outubro e dezembro), na forma do inciso II do art. 308 da Resolução nº 4/2002 (RITCE/AM) c/c inciso IV do art. 54 da Lei nº 2.423/96, em razão de inobservância de prazos legais para remessa ao Tribunal, por meios informatizado, de balancetes, balanços, informações, demonstrativos contábeis ou quaisquer outros documentos solicitados (irregularidade 2.1);

**9.2.2-** no valor de R\$ 8.768,25 (oito mil, setecentos e sessenta e oito reais e vinte e cinco centavos), nos termos do inciso VI do art. 308 da Resolução nº 4/2002, em razão das irregularidades nº 2.3, 2.4, 2.7 e 2.8.



**Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS**

**ACÓRDÃO Nº 81/2016 – TCE –TRIBUNAL PLENO**

**9.3- Fixar o prazo de 30 (trinta) dias** para o recolhimento aos cofres da Fazenda Estadual dos valores das multas impostas, com comprovação perante este Tribunal dos valores recolhidos, tudo em conformidade com a alínea “a” do inciso III do art. 72 da Lei 2.423/96, c/c o §4º do art. 174 da Resolução 4/2002 (RI-TCE/AM), corrigido monetariamente, caso o recolhimento ocorra fora do prazo determinado (art. 55 da Lei 2.423/96).

**9.4- Remeter os autos à Dicrex** para que efetue os procedimentos previstos no art. 3º da Resolução 3/2011-TCE, observado o disposto no art. 5º da mesma Resolução.

**9.5- Determinar ao SAAE-Uarini que:**

**9.5.1-** adote providências com vistas a atender o princípio do equilíbrio entre as receitas arrecadadas e as despesas empenhadas, sobretudo de modo a se evitar a majoração do passivo financeiro relativo a subvenções.

**9.5.2-** encaminhe a esta Corte de Contas os atos de admissão dos servidores contratados no exercício de 2012, em obediência aos artigos 259 e 260 da Resolução TCE nº 04/2002.

**9.5.3-** promova o necessário planejamento das despesas, a fim de evitar a prática de atos antieconômicos, em especial no tocante à contratação de serviços de manutenção e à aquisição de bens de consumo, com escorreita obediência aos mandamentos da Lei de Licitação, implementando ainda controle de estoque de material.

**10- Ata:** 3ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**11- Data da Sessão:** 03 de fevereiro de 2016.

**12- Especificação do quorum:** Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Julio Cabral, Josué Cláudio de Souza Filho, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mario Manoel Coelho de Mello.

**12.1- Auditor Relator:** Alípio Reis Firmo Filho

**13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal:** Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

**ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR**  
Conselheiro-Presidente

**ALÍPIO REIS FIRMO FILHO**  
Auditor-Relator

**ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA**  
Procurador-Geral